

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS** entidade de direito público e natureza autárquica, constituída mediante a Lei Estadual nº 14.622, de 26 de fevereiro de 2010 e as Leis Municipais de Beberibe nº 1.080/12 de 29/05/2012, Cascavel nº 1.455/10 de 10/05/2010, Chorozinho nº 476/10 de 25/01/2010, Horizonte nº 763/10 de 20/04/2010, Ocara nº 681/09 de 29/12/2009, Pacajús nº 86/10 de 03/03/2010 e Pindoretama nº 351/10 de 17/05/2010, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Processo Seletivo Público Simplificado, para contratação por prazo determinado em conformidade com o Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, para continuidade das atividades do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL–CPSRCAS**, com sede à Rua Manoel Moreira de Souza, 1096 – Dom Bosco – Cascavel/CE, CEP. 62.850-000, que administra a **POLICLÍNICA REGIONAL DRA. MÁRCIA MOREIRA DE MENEZES**, localizada em Pacajus/CE, e o **CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DR. FRANCISCO MANSUETO DE SOUSA**, localizado em Cascavel/CE para o preenchimento dos empregos públicos de **ASSESSOR TÉCNICO DA QUALIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TECNICO EM SAÚDE BUCAL, AUXILIAR EM PROTÉSE DENTÁRIA**, com quantitativos, especificações, requisitos, normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Público Simplificado disciplinado por este Edital será executado sob a responsabilidade do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL (CPSRCAS)**, situado à Rua Moreira de Souza, 1096 – Dom Bosco – Cascavel/CE, CEP: 62.850-000, Fone/Fax: Fone/Fax: (85)3334.1282, e visa selecionar candidatos para preenchimento de empregos públicos previstos no **ANEXO I**, para lotação na **POLICLÍNICA REGIONAL DRA. MÁRCIA MOREIRA DE MENEZES localizada em Pacajus/CE à Rua Doca Nogueira, s/n, Centro, CEP. 62.870-000** e **CEO REGIONAL DR. FRANCISCO MANSUETO DE SOUZA localizado em Cascavel/CE à Rua Luciano Viana, 890, Modulo Esportivo, CEP: 62.850-000** administrados pelo **CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL-CPSRCAS** e constará das 02 (duas) fases seguintes:

a) **1ª Fase** - Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório:

Esta fase consta de prova escrita, contendo 20 (vinte) questões de múltipla escolha, sendo 10 (dez) relativas a conhecimentos gerais e 10 (dez) relativas a conhecimentos específicos pertinentes ao cargo pretendido, de acordo com o Programa de Estudo detalhado no **Anexo III** deste Edital, no valor total de 50 (cinquenta) pontos, sendo 2 pontos para cada questão de conhecimentos gerais e 3 para cada questão de conhecimentos específicos. Nota inferior a 30 (trinta) pontos no somatório das questões implicará na eliminação do candidato.

b) **2ª Fase** - Prova de Títulos, de caráter, apenas, classificatório:

Nesta fase, serão computados os pontos relativos à Prova de Títulos do candidato que tenha atingido o perfil mínimo de aprovação na Prova Objetiva referente ao emprego e à especialidade de sua opção.

1.2 - O não comparecimento à **1ª Fase** do processo seletivo implica na eliminação do candidato.

1.3 - A elaboração e correção das provas objetivas e de títulos aplicadas no Processo Seletivo Público Simplificado ficarão a cargo do CPSRCAS.

1.4 – O Processo Seletivo Público Simplificado será acompanhado por uma Comissão Organizadora constituída por 02 (dois) representantes do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL– CPSRCAS** e 01 (um) representante da **22ª REGIONAL DE SAÚDE – 22ª CRES**

2. DOS REQUISITOS

2.1- Para candidatar-se aos empregos públicos do **CONSORCIO PÚBLICO SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS**, o candidato deverá atender aos **requisitos** abaixo:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português portador de certificado de igualdade e de outorga do gozo de direitos políticos e civis.
- b) Estar em gozo com seus direitos políticos.
- c) Quando do sexo masculino, haver cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei.
- d) Ter 18 (dezoito) anos de idade completos, até a data da admissão.
- e) Possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o exercício do emprego e o respectivo Registro no Órgão de Classe, quando for o caso, no ato da admissão.
- f) Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, no decorrer do Processo Seletivo e/ou na admissão.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 – A inscrição do candidato implicará na expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 – Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o conteúdo deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital constante no *site* de inscrição.

3.3 – As inscrições ficarão abertas no período do dia **01 de novembro a 14 de novembro de 2016**.

3.4 – As inscrições serão feitas **exclusivamente** via *Internet*, mediante preenchimento e envio da Ficha de Inscrição *on line*;

3.5 – Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico do **CPSRCAS (www.cpsrcas.com.br)**, onde constam o Edital, a Ficha de Inscrição e os procedimentos necessários à efetivação da mesma.

3.6 – Não serão aceitos pedidos de inscrição condicional, por via postal, fac-símile (fax) ou extemporâneos.

3.7 – A inscrição estará disponível a partir das 08h00min do primeiro dia de inscrição, permanecendo acessível até as 23h59min do último dia de inscrição, considerando-se o horário oficial local e seguindo-se a seguinte rotina:

- a) Preencher, enviar e gravar dados da ficha de inscrição até as 23h59min do último dia de inscrição, ocasião em que a página da *Internet* será bloqueada para acesso;
- b) Após efetuar a inscrição, via *Internet*, o candidato deverá se dirigir a uma das agência da **Caixa Econômica Federal** e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, conforme tabela abaixo, por meio de **DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NÚMERO DO CPF DO CANDIDATO, na Conta Corrente nº 233-0, Operação 006, Agência n.º 1958, Banco nº 104 (Caixa Econômica Federal)** de titularidade do **CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL**, CNPJ nº 12.850.235/0001-51 até o dia **16 de novembro de 2016**. Após essa data, qualquer pagamento efetuado será desconsiderado.

ESCOLARIDADE	EMPREGOS	TAXA DE INSCRIÇÃO
Nível Superior	Assessor técnico da qualidade.	R\$ 100,00
Nível Médio	Técnico em Enfermagem, Técnico em Saúde Bucal e Auxiliar em Prótese Dentária.	R\$ 50,00

- c) O comprovante de depósito deverá ser enviado **até o dia 17 de novembro de 2016** para o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL**, via e-mail (cpsrcas@gmail.com), por SEDEX ou de forma presencial no endereço constante do item 1.1 deste Edital.
- d) Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todas as condições exigidas neste Edital.

3.8 - O CPSRCAS não se responsabilizará por pedido de inscrição que não tenha sido recebido por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação ou por outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados.

3.9 - O candidato assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas no preenchimento dos dados que apresentará, arcando com as consequências de eventuais erros, omissões e declarações inexatas ou inverídicas.

3.10 - A qualquer tempo, a participação do candidato poderá ser vetada, com sua eliminação do processo, desde que verificada falsidade de declarações ou irregularidades nas informações e documentos.

3.11 – Não serão aceitos pagamentos com cheque.

3.12 – Em nenhuma hipótese haverá devolução da taxa de inscrição, salvo em caso de cancelamento da Seleção Pública, exclusão do emprego oferecido ou em razão de fato atribuível somente ao CPSRCAS.

3.13 – Poderá ser solicitada isenção do valor da inscrição, somente nos casos previstos pela Lei Estadual nº 11.551, de 18 de maio de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 19 de maio de 1989, pela Lei Estadual nº 12.559, de 29 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 7 de fevereiro de 1996, pela Lei Estadual nº 13.844, de 27 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 30 de novembro de 2006, e pela Lei Estadual nº 14.859, de 28 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 6 de janeiro de 2011, conforme procedimentos descritos a seguir:

3.13.1 – Servidor Público Estadual - Para os candidatos amparados pela Lei nº 11.551/89, deverão ser apresentadas:

- a) declaração original do órgão de origem indicando sua condição de servidor público;
- b) cópia simples do contracheque atual;
- c) cópia simples do documento de identidade.

3.13.2 – Doador de Sangue - O candidato amparado pela Lei nº 12.559/95 deverá apresentar:

- a) certidão original expedida pelo HEMOCE, que comprove, no mínimo, duas doações no período de um ano, tendo sido a última realizada no prazo máximo de 12 meses anteriores à data do último dia de isenção;
- b) cópia simples do documento de identidade.

3.13.3 – O candidato amparado pela Lei nº 13.844/06 deverá apresentar:

3.13.3.1 – Deficiente

- a) laudo médico original que comprove a condição de portador de deficiência ou cópia autenticada em cartório;
- b) cópia simples do documento de identidade.

3.13.3.2 – Egresso do ensino público

- a) cópia autenticada em cartório do certificado de conclusão ou cópia autenticada em cartório do histórico escolar acompanhado de declaração de conclusão do curso, original ou cópia autenticada em cartório, emitida por instituição de ensino público;
- b) cópia simples do documento de identidade.

3.13.3.3 – Renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos membros da família, cópia autenticada em cartório das páginas que contêm a fotografia, a identificação do portador, a anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco;
- b) cópias simples dos documentos de identidade do candidato e membros da família;
- c) cópias simples dos contracheques atual do candidato e membros da família;
- d) declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviços e/ou contrato de prestação de serviço e recibo de pagamento autônomo (RPA), no caso de o(s) membro(s) da família ser(em) autônomo(s);
- e) para efeito deste Edital, no que concerne à somatória dos rendimentos do membro da família para composição da renda familiar, serão considerados os rendimentos do pai, da mãe, do próprio candidato, do cônjuge do candidato, de irmão(s) ou de pessoas que compartilhem da receita familiar.

3.13.4 – Hipossuficientes - Para os candidatos amparados pela Lei nº 14.859/11, deverão ser apresentadas:

- a) cópia autenticada em cartório da fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 (oitenta) KWH mensais;
- b) cópia autenticada em cartório da fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- c) cópia simples do comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do governo federal;
- d) comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar;
- e) não será aceita declaração de próprio punho ou qualquer documento produzido unilateralmente pela parte interessada.

3.14 – Antes de solicitar a isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão requerer a sua inscrição no concurso público.

3.15 – Para solicitar a isenção, o candidato deverá acessar o *site* www.cpsrcas.com.br, impreterivelmente, nos dias previstos no Cronograma, ANEXO XII deste edital, efetuar sua inscrição, conforme o item 3.4 deste edital; preencher, imprimir e assinar o formulário de solicitação de isenção e juntar a documentação pertinente relacionada.

3.16 – A documentação acima referida deverá ser entregue na sede do CPSRCAS, ou enviada, **via SEDEX**, com a informação no envelope “SELEÇÃO PÚBLICA CPSRCAS – EDITAL 01/2016 – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

DE TAXA DE INSCRIÇÃO”, para o endereço **Rua Manoel Moreira de Souza, 1096 – Dom Bosco – Cascavel/CE, CEP. 62.850-000**, impreterivelmente, nos dias previstos no cronograma, conforme ANEXO XII.

3.17 – No caso de remessa via SEDEX, só serão aceitos documentos postados até o último dia de solicitação de isenção, conforme data prevista no cronograma, ANEXO XII deste Edital.

3.18 – Não será concedida isenção da taxa de inscrição ao candidato que omitir informações e/ou torná-las inverídicas, fraudar e/ou falsificar a documentação, pleitear a isenção sem apresentar cópia dos documentos previstos neste Edital e não observar o prazo estabelecido no cronograma, ANEXO XII.

3.19 – Os pedidos de isenção serão analisados e julgados por uma Comissão designada.

3.20 – A relação das isenções deferidas e indeferidas será divulgada no site www.cpsrcas.com.br na data prevista no cronograma, ANEXO XII.

3.21 – O candidato poderá interpor recurso contra o indeferimento de sua isenção, devendo fazê-lo através de preenchimento em formulário próprio, ANEXO VII, conforme data prevista no cronograma, Anexo XII deste Edital.

3.22 – O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição, na forma do item 3.7, b, dentro do prazo previsto neste edital, sob pena de não efetivação de sua inscrição.

3.23 – A inscrição será validada somente após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição ou do deferimento do pedido de isenção.

3.24 – Os candidatos deverão verificar a confirmação de sua inscrição no site www.cpsrcas.com.br a partir do quinto dia útil após a efetivação do depósito identificado ou do deferimento do pedido de isenção.

3.25 – Os candidatos que apresentarem inscrições irregulares disporão de 01 (um) dia para regularização, conforme data prevista no cronograma, Anexo XII do edital.

3.26 – A divulgação oficial das inscrições homologadas será disponibilizada no site www.cpsrcas.com.br, conforme data prevista no Anexo XII.

3.27 – Não serão aceitas inscrições que não atenderem ao disposto neste Edital, ou feitas por qualquer outra via, que não sejam as nele contidas.

3.28 – O CPSRCAS não se responsabilizará por pedido de inscrição que não tenha sido efetuado nos prazos e horários estabelecidos nos subitens **3.3** e **3.7** deste Edital;

3.29 – As Etapas para seleção, cronogramas de atividades estão contidas no **Anexo XII**.

4. DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 - As pessoas portadoras de deficiência poderão participar do Processo Seletivo Público Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do emprego de opção do candidato, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas existentes, conforme consta do **Anexo I** deste Edital, observadas as regras estabelecidas na Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1989, cujo Art. 4º foi alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.2 - É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, cuja nova redação se encontra no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.3 - Os portadores de deficiência participarão em igualdades de condições com os demais candidatos.

4.4 - As vagas definidas que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Processo Seletivo Público Simplificado ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais selecionados, observada a ordem de classificação.

4.5 - Até o último dia de realização da inscrição, o candidato portador de deficiência deverá entregar declaração na sede do CPSRCAS, situada à Rua Manoel Moreira de Souza, 1096 – Dom Bosco – Cascavel/CE, CEP. 62.850-000, ou enviada, via SEDEX, com a informação no envelope “SELEÇÃO PÚBLICA CPSRCAS – EDITAL 03/2016 – DECLARAÇÃO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA”, concernente à condição e à deficiência da qual é portador, apresentando Laudo Médico (original) atestando/homologando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID, versão 10), bem como a provável causa da deficiência. Este laudo será retido e ficará anexado ao protocolo de inscrição. O laudo também deverá ser apresentado quando dos exames pré-admissionais, no caso do candidato ser aprovado e convocado.

4.6 - A não observância do disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições, mesmo que tenha escolhido tal opção.

4.7 - Os candidatos que no ato de inscrição se declararem portadores de deficiência, se classificados nas provas, além de figurarem nas listas de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

4.8 - Caso haja necessidade de condições especiais para se submeter às provas previstas neste Edital, o candidato portador de deficiência deverá solicitá-las por escrito ao CPSRCAS, por meio de requerimento, constantes no **Anexo XI**, remetido pelos correios via SEDEX ou protocolizado pessoalmente na sede do consórcio, até o último dia de realização das inscrições, indicando claramente quais os recursos especiais necessários.

4.9 - O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialistas, da área de sua deficiência, junto ao CPSRCAS, até o último dia de realização das inscrições.

5. DA PROVA OBJETIVA

5.1 - A prova escrita consistirá de **20 (vinte) questões objetivas**, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C, D), das quais apenas 1 (uma) estará correta e pontos até o limite de 50 (cinquenta) pontos. A prova terá duração improrrogável de 03 (três) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta e orientações iniciais sobre o processo de aplicação das provas.

5.2 - A Prova Objetiva versará sobre Conhecimentos Gerais e Específicos inerentes ao respectivo emprego, previstos no conteúdo programático (**Anexo III** do presente Edital), e será composta de 20 (vinte) questões distribuídas da seguinte forma:

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº QUESTÕES	PONTUAÇÃO DE CADA QUESTÃO	PONTUAÇÃO GERAL
Conhecimentos Gerais	10	2,00	20,00
Conhecimentos Específicos	10	3,00	30,00
TOTAL	20	-	50,00

5.3 - Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que atingir o perfil mínimo de aprovação, que consiste em pontuação igual ou superior a 30 (trinta) pontos no total da prova.

5.4 - O candidato deverá apresentar-se com antecedência mínima de 30 (minutos) hora do horário fixado para o início da prova, munido de:

- a) Comprovante de inscrição, que deverá ser impresso após confirmação da inscrição via *Internet*;
- b) 01 Documento original de identidade.
- c) Caneta esferográfica preta, em material transparente.

5.5 - São considerados documentos oficiais de identidade: (carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militar, Ministério das Relações Exteriores, Ordens ou Conselhos de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira Nacional de Habilitação com foto), nos termos da Lei nº 9.503 art. 159, de 23/09/1997.

5.6 - A Prova Objetiva será realizada em data, horário e locais, conforme estabelecido abaixo:

DATA	HORÁRIO	LOCAL
27/11/2016	9 horas	O local da prova em PACAJUS/CE será informado no <i>site</i> do CPSRCAS NO DIA 24 de novembro de 2016.

5.7 - A Prova Objetiva terá início às 09 (nove) horas, sendo as portas do recinto de realização do Processo Seletivo Público Simplificado fechadas às 9 horas. O candidato que chegar após este horário ficará impedido de realizar a prova.

5.9 - A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.10 - Não haverá provas em outros horários por conta de enfermidade e/ou outro impedimento do candidato.

5.11 - Os dois últimos candidatos a entregarem as provas deverão permanecer na sala, para acompanhamento e assinatura da ata e lacre dos envelopes com os cartões respostas e as provas, comprovando a regularidade da sua aplicação.

5.12 - Será concedida fiscalização especial aos candidatos que, a critério médico, devidamente comprovado junto ao CPSRCAS, até o último dia de realização de inscrição do Processo Seletivo Público Simplificado, estiverem impossibilitados por motivos de saúde de realizarem a prova em sala de aula com os demais candidatos. Terá o mesmo tratamento a candidata que estiver amamentando, sendo que deverá anexar ao requerimento, cópia do documento de identificação do acompanhante.

5.13 - O candidato que se recusar a fazer a prova, ou se retirar do recinto durante a sua realização sem autorização dos Fiscais de prova, ficará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado, e o fato será registrado em ata.

5.14 - Os gabaritos com as devidas respostas serão divulgados **no dia 28/11/2016**, por meio do site do CPSRCAS (www.cpsrcas.com.br).

6. DA PROVA DE TÍTULOS

6.1 - Constará de análise curricular, com atribuição de nota inteira na escala de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco), conforme quadros de pontuação estabelecidos no **Anexo VI** deste Edital.

6.2 - Terá computados os pontos relativos à Prova de Títulos o candidato que atingir o perfil mínimo de aprovação na Prova Objetiva referente ao emprego e à especialidade de sua opção, respeitando o limite de até 05 (cinco) vezes o número de vagas para cada cargo.

6.3- Para avaliação da Prova de Títulos, o candidato deverá entregar a documentação especificada abaixo **no período de 01 de novembro a 25 de novembro de 2016**, na sede do CPSRCAS, situado à **Rua Manoel Moreira de Souza, 1096 – Dom Bosco – Cascavel – Ceará**, CEP 62.850-000, pessoalmente ou pelos correios, via SEDEX, com a informação no envelope “SELEÇÃO PÚBLICA CPSRCAS – EDITAL 03/2016 – PROVA DE TÍTULOS”.

- a) Comprovação da experiência técnico-profissional na área específica ao cargo concorrido;
- b) Currículo Padronizado preenchido conforme modelo estabelecido no **Anexo V** deste edital, com os comprovantes dos cursos e títulos apresentados em anexo;
- c) Fotocópia nítida do documento oficial de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) Uma foto 3x4 recente, de frente.

6.4 - São considerados documentos oficiais de identidade: as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Passaporte; Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade, bem como a Carteira Nacional de Habitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97).

6.5 – Para efeito de avaliação dos títulos, o candidato a qualquer das vagas deverá entregar, juntamente com os documentos exigidos no item 6.3, a fotocópia autenticada em cartório do seu diploma de graduação ou Certificado de Conclusão de Curso Técnico (com exceção do cargo de Auxiliar de Prótese Dentária). No caso de não haver a entrega desse documento, os títulos não serão avaliados.

6.6 - Somente será pontuada a experiência técnico-profissional realizada após a conclusão do Curso de Graduação/Técnico.

6.7 - Somente serão considerados os títulos que tenham compatibilidade com o emprego de opção do candidato.

6.8 - Para ser atribuída a pontuação relativa à experiência técnico-profissional, o candidato deverá entregar documento que se enquadre, em pelo menos, uma das alíneas abaixo:

- a) Cópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS, ou declaração do empregador com cópia autenticada com firma reconhecida em cartório e cópia do contrato do Tomador de Serviços ou, se funcionário de Poder Executivo Municipal, declaração da autoridade competente, apresentando a matrícula do servidor e tempo de serviço na área específica, cópia autenticada com firma reconhecida em cartório e cópia do ato de nomeação com a publicação no Diário Oficial do Município (D.O.M.), caso exista, ou Diário Oficial do Estado (D.O.E.);
- b) Cópia de certidão ou declaração, no caso de órgão público, com firma reconhecida do emitente, que informe o período, discriminando o período e a identificação do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas;
- c) Cópia do contrato de prestação de serviços (demonstrando claramente o período inicial e final de validade dos contratos) ou cópias dos Recibos de Pagamento de Autônomo (RPA) referentes aos meses

de realização do serviço, acompanhado obrigatoriamente de declaração do contratante ou responsável legal, com firma reconhecida, onde conste claramente o local onde os serviços foram prestados, a identificação do serviço realizado, o período do mesmo e a descrição das atividades executadas.

- d) Cópia dos contracheques referentes aos meses de realização do serviço acompanhada obrigatoriamente de declaração da Cooperativa ou empresa responsável pelo fornecimento da mão de obra, com firma reconhecida, em que conste claramente o local onde os serviços foram prestados, a identificação do serviço realizado, período do mesmo e descrição das atividades executadas.

6.9 - As fotocópias para comprovação dos títulos deverão ser autenticadas em cartório e entregues, obrigatoriamente, juntamente com o Currículo Padronizado (**Anexo V** deste Edital).

6.10 - Não serão consideradas, para efeito de pontuação, cópias não autenticadas.

6.11 - Não serão aceitos títulos encaminhados por *fac-simile* (fax) ou correio eletrônico.

6.12 - Será atribuída nota zero ao candidato que não entregar seus títulos no período que consta no **item 6.3**. No entanto, este fato não caracteriza a eliminação do candidato do Processo Seletivo Público Simplificado.

7. CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1 - Serão considerados aprovados na seleção pública os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 30(trinta) pontos na prova objetiva.

7.2 - A nota final do candidato será obtida mediante o cálculo do somatório das notas das Provas Objetiva e de Títulos.

7.3 - Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado serão classificados pela ordem decrescente da Pontuação Final.

7.4 - No caso de empate na classificação final dos candidatos, o desempate se fará verificando-se, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) Prova de Títulos - maior pontuação em experiência técnico-profissional na área de atuação;
- b) Maior nota na Prova de Títulos;
- c) Maior pontuação na Prova Objetiva;
- d) A maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- e) Sorteio.

7.5 – Caso prevaleça o último critério (sorteio), o desempate será efetuado em reunião pública da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado, informada previamente no *site* www.cpsrcas.com.br.

7.6 - O resultado oficial do processo seletivo tornar-se-á público no dia **06 de dezembro de 2016**, por meio do *site* do CPSRCAS (www.cpsrcas.com.br).

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 - O Candidato aprovado no presente Processo Seletivo Público Simplificado será convocado pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS**, obedecendo à ordem de classificação, para assinar o contrato por prazo determinado, de até 01(hum) ano, podendo ser prorrogado por

igual período, de acordo com suas necessidades de excepcional interesse público, sujeitando-se às normas do Consórcio.

8.2- A admissão será pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

8.3 - Os classificados, dentro do número de vagas, deverão comparecer de acordo com o Edital de Convocação, portando os seguintes documentos e exames médicos, para admissão:

8.3.1 – Documentos exigidos para admissão:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social original (CTPS);
- b) Cópia autenticada de documento oficial de identidade;
- c) Cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) Cópia autenticada de comprovante de inscrição no PIS ou PASEP;
- e) Cópia autenticada do Título de Eleitor;
- f) Último comprovante de votação, justificativa eleitoral ou certidão de quitação;
- g) Cópia autenticada da Carteira de Reservista ou Certificado de Alistamento Militar, constando dispensa, se do sexo masculino;
- h) Cópia autenticada da Certidão de Casamento, caso o candidato seja casado e cópia do CPF do cônjuge;
- i) Cópia autenticada da Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos, cópia do cartão de vacina do(s) filho(s) menor(es) de 6 anos e/ou declaração do colégio do(s) filho(s) acima de 07 anos;
- j) Comprovante de endereço - conta de água, luz ou telefone - (Cópia);
- l) Uma foto 3x4 recente, de frente;
- m) Cópias autenticadas de documentos comprobatórios de atendimento à qualificação exigida para ingresso no emprego constante Anexo I deste Edital;
- n) Declaração original de que não ocupa cargo, emprego ou função pública, em qualquer das esferas do governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, nem percebe outro benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou regime geral de previdência social relativo a emprego público (modelo conforme Anexo II);
- o) Certidão negativa original de antecedentes criminais.
- p) Atestado de Saúde Ocupacional
- q) Caderneta de vacinação atualizada - Vacinas: Hepatite B, Influenza, Tríplice Viral(sarampo, rubéola e caxumba), Dupla tipo adulto(dT), Pneumocócica 23v, Hepatite A, Meningocócica conjugada C, Varicela (catapora).

8.3.2 – Exames médicos para o Atestado de Saúde Ocupacional:

- a) Relação de exames que o candidato deverá se submeter-se: Hemograma completo; Fator RH; Coagulograma completo com tempo de protombina e tempo parcial de tromboplastina; dosagens de glicose, uréia, creatinina, ácido úrico, AST, ALT; Sumário de urina; Raio – X de tórax em PA com laudo; Eletrocardiograma com laudo; Audiometria com laudo; Exame oftalmológico (acuidade visual, tonometria, senso cromático, fundo de olho, biomicroscopia).

b) A avaliação dos laudos e de todos os exames, acima citados, será feita por médico especialista em Medicina do Trabalho (exame admissional) a cargo do Consórcio Público de Saúde da Região de Cascavel a ser realizado na mesma data de apresentação do candidato.

9. DOS RECURSOS

9.1 - Será admitido recurso administrativo sobre os seguintes itens:

- a) Isenção da taxa de Inscrição
- b) Listagem de confirmação de Inscritos
- c) Gabarito oficial preliminar da Prova Objetiva;
- d) Resultado Preliminar da Prova Objetiva / Prova de Títulos;

9.2 - Os recursos deverão ser interpostos no prazo previsto no Cronograma da Seleção (ANEXO XII), contado a partir do primeiro dia útil após a data de divulgação dos respectivos resultados e listas dos pedidos de isenção e inscrição, bem como, da Prova Objetiva e Prova de Títulos.

9.3 - Os recursos deverão ser dirigidos ao CPSRCAS, situado à Rua Manoel Moreira de Souza, 1096 – Dom Bosco – Cascavel – Ceará, CEP 62.850-000, Fone/Fax: (85)3334.1282, e estar fundamentado indicando com precisão o item sobre o qual versa a revisão, sob pena de não ser reconhecido. Não será acatado recurso fora do prazo estipulado ou que se basear em razões de caráter subjetivo (modelo requerimento padrão **Anexos VII e VIII**, deste Edital).

9.4 - Os recursos relativos à Prova Objetiva e à Prova de Título serão julgados pela Comissão de Execução do Processo Seletivo Público Simplificado da CPSRCAS.

9.5 - Se ficar provado o vício, irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial, o Processo Seletivo Público Simplificado será anulado de forma total ou parcial.

9.6 - O candidato que, visando interesses pessoais, lançar mão de falsas alegações e fatos inverídicos com o propósito de embargo do processo seletivo, após a apuração dos fatos, se não comprovados, poderá responder criminalmente pelo ato.

9.7 – A Comissão de Elaboração da Prova constitui-se a única e última instância recursal para julgar recursos da Prova Objetiva e da Prova de Títulos, respectivamente, sendo soberana em sua decisão.

9.8 - Os pontos relativos às questões da Prova Objetiva de múltipla escolha que eventualmente venham a ser anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que tiverem sua prova corrigida.

9.9 - A decisão relativa ao julgamento do recurso, quando do interesse de mais de um candidato, será dada a conhecer coletivamente.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 12 (doze) meses, improrrogáveis, a contar da publicação da homologação do resultado final.

10.2 - Não haverá segunda chamada para prova. A ausência por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, resultará na eliminação do candidato faltoso do Processo Seletivo Público Simplificado.

10.3 - Não será permitido o uso de máquinas calculadoras, equipamentos e/ou aparelhos eletrônicos, ou outros instrumentos similares, consulta a qualquer tipo de material, nem comunicação entre os candidatos durante a

realização da prova escrita. Os telefones celulares deverão ser desligados antes da entrada do candidato na sala de realização da prova, e assim permanecer até a sua saída do local de prova.

10.4 – Não serão considerados os pontos relativos a questões quando, no cartão-resposta, forem assinaladas mais de uma resposta, ou houver rasura, ou marcação a lápis ou não for assinalada nenhuma alternativa.

10.5 - Não haverá substituição do cartão-resposta ou de prova em caso de erro ou rasura efetuado pelo candidato.

10.6 - Somente será permitido ao candidato assinalar o cartão-resposta a si destinado.

10.7 - É vedada a comunicação do candidato com qualquer pessoa durante a realização da prova.

10.8 - É vedada a saída do candidato do recinto da prova sem autorização e acompanhamento do fiscal.

10.9 - O candidato somente poderá ausentar-se definitivamente do recinto da prova decorrida 01 (uma) hora de sua realização.

10.10 - Ao terminar a prova, o candidato entregará obrigatoriamente ao Fiscal de Sala todo o material recebido. O candidato poderá anotar suas respostas em formulário próprio para transcrição do gabarito do candidato.

10.11 - Por razões de ordem técnica e direitos autorais, não serão fornecidos exemplares das provas aos candidatos, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Público Simplificado.

10.12 - Eventuais erros de digitação de nomes e números de inscrições deverão ser corrigidos no dia das provas, registrados em Ata, pelos fiscais de salas.

10.13 - Será excluído do Processo Seletivo Público Simplificado, por ato do CPSRCAS, o candidato que cometer alguma das seguintes irregularidades:

- a) Agir com incorreção ou descortesia para com os membros do CPSRCAS, fiscais de prova, auxiliares ou autoridades presentes;
- b) Utilizar ou tentar utilizar de meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros;
- c) Não devolver integralmente o material solicitado pelo CPSRCAS no dia das provas;
- d) Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo Público Simplificado, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio;
- e) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente e em casos especiais, em companhia do fiscal;

10.14 - Os cartões-resposta e provas, depois de colocados em envelope fechado e rubricado, ficarão sob a guarda do CPSRCAS e serão entregues à Comissão de Elaboração da Prova para correção.

10.15 – Todos os documentos relativos a este Processo Seletivo Público Simplificado (provas, gabaritos, edital de abertura, fichas de inscrições, homologação de resultado final, entre outros) serão confiados, após seu término, à guarda do CPSRCAS, e serão mantidos pelo prazo de dois anos, findo o qual serão incinerados.

10.16 - O candidato deverá observar rigorosamente o edital e retificações (caso ocorram), sendo de inteira responsabilidade o acompanhamento da publicação e divulgação de atos, comunicados e editais.

10.17 – Caso ocorram alterações, atualização ou acréscimos dos itens do presente edital, haverá divulgação no site do CPSRCAS (www.cpsrcas.com.br).

10.18 - Os conteúdos programáticos para as Provas Objetivas são os constantes do **Anexo III** do presente Edital.

10.19 - Será eliminado o candidato que, convocado, faltar no dia e hora marcados em qualquer fase do Processo Seletivo Público Simplificado ou não comparecer no período estabelecido para a assinatura do contrato de trabalho, bem como transgredir as normas e regras deste Processo Seletivo Público Simplificado.

10.20 - O candidato que não comparecer para assumir a vaga para a qual foi selecionado, na data estabelecida no Edital de Convocação, será excluído do Certame.

10.21 - Na vigência da validade deste Processo Seletivo Público Simplificado, o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS** reserva-se o direito de proceder às contratações em número que atenda aos seus interesses.

10.22 – Caso o candidato aprovado não obtenha a classificação necessária para ocupar o emprego público dentro do limite de vagas, o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPSRCAS**, dentro do prazo de validade deste certame, poderá através de Convênio de cooperação mútua, autorizar a utilização deste candidato por outros Consórcios Públicos de Saúde Regionais no Estado do Ceará, para preenchimento dos empregos públicos vagos dentre os Consórcios Conveniados, a critérios destes.

10.23 - Os casos omissos, no que concerne aos aspectos técnicos e operacionais referentes ao Processo Seletivo Público Simplificado, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado.

10.24 - O Foro da Comarca de Cascavel/CE é o competente para decidir quaisquer ações judiciais interpostas com respeito ao presente Edital e respectivo Processo Seletivo Público Simplificado.

Cascavel-CE, 31 de outubro de 2016.

VÂNIA CLEMENTINO LOPES
PRESIDENTE DO CPSRCAS

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016
ANEXO I
REQUISITOS PARA ADMISSÃO/VAGAS/CARGA HORÁRIA/PERFIL PROFISSIONAL/SALARIO**

EMPREGO PÚBLICO	VAGAS AMPLA DISPUTA	VAGAS DEFICIENTES FÍSICOS	REQUISITOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO	LOTAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO (R\$)
Assessor Técnico da Qualidade	1+CR		Graduação em qualquer área profissional de nível superior com registro no Conselho competente e Experiência comprovada na área de atuação de no mínimo 06 meses.	Policlínica	44	4.904,93
Técnico em Enfermagem	1+CR		Ensino Médio completo, curso técnico na área de atuação ou registro ou protocolo de registro (dentro do prazo de validade) no órgão profissional competente.	Policlínica	40	907,58
Técnico em Saúde Bucal	CR		Ensino médio completo, curso técnico na área e registro ou protocolo de registro (dentro do prazo de validade) no órgão profissional competente.	CEO	40	925,53
Auxiliar de Prótese Dental	CR		Ensino Médio completo.	CEO	40	880,00
TOTAL AMPLA E DEFICIENTES			2			
TOTAL GERAL			2			

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016

**ANEXO II
DECLARAÇÃO**

EU, _____, PORTADOR DA CARTEIRA DE TRABALHO Nº _____ SÉRIE _____, DECLARO PARA FINS DE PROVA JUNTO AO **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS** QUE:

() Não ocupo outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer das esferas do governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, nem percebo outro benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou regime geral de previdência social relativo a emprego público.

DECLARO AINDA QUE ESTOU CIENTE DE QUE A FALSA DECLARAÇÃO ENSEJA EXCLUSÃO DO PROCESSO SELETIVO BEM COMO DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA, DE ACÓRDO COM O ART. 482 DA CLT. DOU FÉ.

....-CE, ____ de _____ de 2016.

NOME:
CPF:
CARGO INSCRITO:

ASSINATURA:

**CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

**ANEXO III
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

CONHECIMENTOS GERAIS (Para todos os cargos)

Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII - capítulo II - Seção II); Lei n.º 8.142/90 e Lei n.º 8.080/90. 2. Norma Operacional da Assistência à Saúde - 2002 (revisada). 3. Emenda Constitucional Nº 29/2000. 4. Portaria nº399/GM, de 22/02/2006 (Pactos pela Vida, em Defesa do SUS). 5. Sistemas de Serviços de Saúde: objetivos, macro função e características. 6. Sistema de Saúde brasileiro: Modelos de Atenção e Vigilância da Saúde. 7. Políticas de Saúde. 8. Financiamento da Saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSESSOR TÉCNICO

1. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. 2. Lei nº 12.781 de 31 de dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 14.158 de 01 de julho de 2008. Legislação do SUS (leis e normas básicas, com ênfase nas relacionadas com gestão de serviços de saúde). 3. Avaliação em Saúde. 4. Políticas de Saúde. 5. Planejamento em Saúde. 6. Economia da Saúde (conceitos básicos, financiamento da saúde, custos com saúde). 7. Qualidade em serviços de saúde. 7.1. Estrutura, processo e resultados. 7.2. Gestão da qualidade. 7.3. Controle de qualidade interno e externo. 7.4. Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade. 8. Acreditação em serviços de saúde. 8.1. Conceito. 8.2. Metodologias existentes no Brasil. 8.3. Dimensões da acreditação. 9. Auditoria em serviços de saúde. 9.1. Conceito. 9.2. Finalidade. 9.3. Componentes. 9.4. Procedimentos. 9.5. Papel e responsabilidade do auditor.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Fundamentos de enfermagem. 2. Lei do exercício profissional. 3. Ética profissional. 4. Noções de farmacologia. 5. Admissão, transferência, alta, óbito. 6. Assistência de enfermagem ao exame físico. 7. Enfermagem nos exames complementares. 8. Prontuário médico, anotações e registros. 9. Centro cirúrgico, central de material e esterilização. 10. Sinais vitais. 11. Prevenção e controle de infecção hospitalar. 12. Assepsia da unidade e do paciente. 13. Medidas de conforto. 14. Higiene corporal. 15. Assistência de enfermagem nas eliminações. 16. Assistência de enfermagem aos pacientes graves e agonizantes e preparo do corpo após a morte. 17. Medidas terapêuticas. 18. Tratamento por via respiratória. 19. Tratamentos diversos: curativos, tricotomia etc. 20. Noções de primeiros socorros. 21. Assistência de enfermagem em urgência e emergências: politraumatismo, procedimentos em parada cardiorrespiratória, estado de choque, acidente vascular encefálico, estado de coma, infarto agudo do miocárdio e angina no peito, edema agudo no pulmão, crise hipertensiva, queimaduras, hemorragia digestiva, intoxicação exógena. 22. Enfermagem médico-cirúrgica: sinais e sintomas. 23. Tratamento e assistência em: clínica médica, doenças transmissíveis, clínica cirúrgica. 24. Ações básicas em saúde pública: imunização e vigilância epidemiológica. 25. Humanização da Assistência.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

1. Resolução do Conselho Federal de odontologia que regulamenta as funções do TSB; 2. Promoção e prevenção em Saúde Bucal; 3. Anatomia e Fisiologia Bucal; 4. Processo de Trabalho e Humanização em Saúde; 5.

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL

Rua Manoel Moreira de Souza, 1096 - Dom Bosco - Cascavel - Ceará - CEP 62.850-000 CPSRCAS CNPJ 12.850.235/0001-51
Fone / Fax: (85) 3334-1282 - Móvel (85) 9155-5638 - site: www.cpsrcas.com.br - e-mail: cpsrcas@gmail.com - facebook: CPSRCAS

Ergonomia e Técnicas de Instrumentação; 6. Biossegurança; 7. Equipamentos, materiais, medicamentos e instrumentais odontológicos e de higiene dental; 8. Conceitos básicos sobre procedimentos restauradores.

AUXILIAR EM PRÓTESE DENTÁRIA

1. Resolução do Conselho Federal de odontologia que regulamenta as funções do ASB. 2. Medidas de controle de infecção no consultório. 3. Noções de assepsia e antissepsia. 4. Procedimentos práticos de desinfecção e esterilização no consultório. 5. Noções básicas de saúde bucal. 6. Manipulação e conservação dos materiais dentários utilizados em procedimentos de prevenção e dentística. 7. Tipos de instrumentais utilizados. 8. preenchimento adequado do odontograma da ficha clínica.

**CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

**ANEXO IV
ATIVIDADES INERENTES AOS EMPREGOS PÚBLICOS**

ASSESSOR TÉCNICO

Implantar a Política da Qualidade e garantir sua disseminação. Realizar atividades relacionadas ao planejamento e melhoria da gestão. Promover *benchmarking* interno e externo. Elaborar, monitorar e acompanhar auditorias internas. Monitorar e acompanhar a resolução das Não-Conformidades. Desenvolver programas para estimular o uso de ferramentas da qualidade. Propiciar informações para auxiliar o processo de tomada de decisão da Alta Direção. Acompanhar o processo de Acreditação Hospitalar. Promover interação entre áreas. Gerenciar os documentos padronizados. Validar uso de indicadores considerando o perfil da instituição. Estabelecer mecanismos que favoreçam a melhoria das práticas. Estabelecer critérios para assegurar o alinhamento e correlação com os objetivos estratégicos.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Realizar atividades auxiliares de enfermagem, em unidade hospitalar e/ou ambulatorial, sob a supervisão de profissional da área de saúde. Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos. Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação. Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem, tais como: a) ministrar medicamentos por via oral e parenteral; b) realizar controle hídrico; c) fazer curativos; d) aplicar oxigenoterapia, nebulização, enterocisma, enema e calor ou frio; e) executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; f) realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico; g) efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis; h) colher material para exames laboratoriais; i) prestar cuidados de enfermagem pré e pós-operatórios; j) circular em sala de cirurgia e, se necessário, instrumentar; l) executar atividades de desinfecção e esterilização; m) alimentar o paciente ou auxiliá-lo a alimentar-se; n) zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências do hospital; o) integrar a equipe; p) orientar os pacientes na pós-consulta, quando ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicas; q) executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Compete ao técnico em saúde bucal, sempre sob supervisão com a presença física do cirurgião-dentista, além das de auxiliar em saúde bucal, as seguintes atividades: participar do treinamento e capacitação de auxiliar em saúde bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde; participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais; participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião dentista; fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista; supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal; realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas.

AUXILIAR DE PRÓTESE DENTÁRIA

Auxiliar na confecção próteses odontológicas totais e parciais. Proceder à conservação e organização dos equipamentos e materiais do laboratório de próteses odontológicas. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Executar quaisquer outras atividades correlatas ao seu cargo, determinadas pelo superior imediato.

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

**ANEXO V
CURRICULUM VITAE**

CANDIDATO(A):

EMPREGO/ESPECIALIDADE:

A) FORMAÇÃO ACADÊMICA

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (Doutorado ou Mestrado)

(Informar título do curso, cidade de realização, instituição promotora e período)

a) _____

b) _____

TÍTULO DE ESPECIALISTA () sim () não

CURSOS RELACIONADOS À ÁREA DE ATUAÇÃO

(Informar título do curso, cidade de realização, instituição promotora, período e carga-horária)

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

e) _____

C) EXPERIÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL

EXPERIÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL DE TEMPO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA/PRIVADA NA ÁREA DE ATUAÇÃO.

(Informar serviço, local e período de trabalho, com respectiva comprovação da instituição, assinada pelo responsável do setor correspondente e firma reconhecida).

a) _____

b) _____

Declaro, sob as penas da lei, que os títulos relacionados neste documento, para fins de atribuição de pontos da prova de títulos do Processo Seletivo para ingresso no **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS** que administrará a **POLICLÍNICA DE CASCAVEL**, são a expressão fiel da verdade e que podem ser oportunamente comprovados, mediante originais e/ou cópias autenticadas.

-CE, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do (a) candidato ou procurador (a)

OBS.:

1. Documentos comprobatórios, em fotocópias autenticadas e ordenados, devem ser anexados para análise curricular.
2. Anexar cópia autenticada do diploma.

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016

ANEXO VI
QUADRO DE PONTUAÇÕES - ANÁLISE CURRICULAR

Função	Denominação dos títulos	Valor unitário	Valor máximo	Comprovantes
TODOS OS EMPREGOS	Doutorado na área ou no campo de conhecimento relacionado à área específica de atuação do candidato	7	7	Diploma ou certidão oficial
	Mestrado na área ou no campo de conhecimento relacionado à área específica de atuação do candidato	5	5	Diploma ou certidão oficial
	Cursos de especialização na área específica de atuação do candidato ou título de especialista, até 2 (dois) cursos ou títulos	2	4	Certificado ou certidão oficial
	Residência médica na área específica de atuação do candidato, até 2 (duas) residências (Exclusivo para Médicos)	2	4	Certificado ou certidão oficial
	Tempo de serviço / experiência profissional na área específica de atuação do candidato (1,0 ponto por ano, até 5 anos)	1	5	Cópia do Contrato de Trabalho, da CTPS, declaração original fornecida por órgão público ou certidão de tempo de serviço expedida pelo INSS ou por órgão público.
Máximo de pontos			25	

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS
 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

**ANEXO VII
 FORMULÁRIO PADRONIZADO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO RELATIVO À PROVA OBJETIVA**

COMISSÃO ELABORADORA DA PROVA

--

ILMO. SR. (A),

Eu, _____, candidato (a) inscrito(a) no
 Processo supracitado inscrição nº _____, solicito em relação à Prova Objetiva correspondente ao cargo
 _____, o seguinte:

revisão da resposta constante do Gabarito Oficial para a(s) questão(es) assinalada(s) abaixo:

anulação da(s) questão(ões) assinalada(s) abaixo:

As razões que justificam meu pleito encontram-se fundamentadas no formulário de recurso, em anexo.

Local e data

Assinatura do (a) candidato (a)

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS.
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

--

1. Nome do Candidato: _____

2. Número de Inscrição do Candidato (a): _____

3. Cargo de Opção do (a) Candidato (a): _____

4. Número de Inscrição do Candidato (a): _____

5. Modalidade do Recurso:

() Isenção da Taxa de Inscrição.

() Listagem de confirmação de Inscritos

() Revisão de resposta do Gabarito Oficial Preliminar (fazer justificativa individual para cada questão)

Nº do Gabarito da Prova: ____ Questão: ____ Resposta do Gabarito: ____ Resposta do Candidato: ____

Justificativa Fundamentada do (a) Candidato(a)

(Use folhas suplementares, se necessário)

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL – CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016

ANEXO VIII
MODELO DE RECURSO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS
COMISSÃO JULGADORA DA PROVA DE TÍTULOS

ILMO. SR. (A),

Eu, _____, candidato (a) inscrito(a) no Processo supracitado inscrição nº _____, solicito em relação à Prova de títulos correspondente ao cargo de _____, regulamentado pelo Edital nº 03/ 2016, de 31/10/2016, venho solicitar a V. Sa. revisão e recontagem da pontuação a mim atribuída na Prova de Títulos.

A revisão e recontagem referem-se aos itens do Quadro de Títulos abaixo que estão assinalados com “x” e delas pode resultar a não alteração da pontuação ou sua alteração para mais ou para menos.

Estou ciente, ainda, de que a Comissão poderá, **de ofício**, reavaliar todos os meus títulos e, em virtude deste fato, minha nota na Prova de Títulos poderá ficar inalterada ou sofrer alteração para mais ou para menos.

QUADRO DE TÍTULOS E SUAS RESPECTIVAS PONTUAÇÕES

(Anexar explicações ao recurso, se julgar necessárias)

As razões que justificam meu pleito encontram-se fundamentadas a seguir:

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

**ANEXO IX
REQUERIMENTO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Vem REQUERER vaga especial como PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, conforme LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome/CRM do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a este requerimento.

Cascavel - CE, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

**ANEXO X
REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Vem REQUERER a isenção da taxa de inscrição da Seleção Pública Simplificada para empregados públicos temporários do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPRCAS, por se enquadrar em uma das hipóteses de isenção previstas na legislação Estadual, abaixo elencadas, conforme comprovação em anexo.

() Servidor Público Estadual - Para os candidatos amparados pela Lei nº 11.551/89

() Doador de Sangue - O candidato amparado pela Lei nº 12.559/95

Candidato amparado pela Lei nº 13.844/06:

() Deficiente

() Egresso do ensino público

() Renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos

() Hipossuficientes - Para os candidatos amparados pela Lei nº 14.859/11

_____/CE, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato

OBS: É obrigatório anexar a este requerimento os documentos relativos à motivação da isenção, conforme itens 3.14 e 3.15 do Edital 03/2016, bem como cópia do comprovante de inscrição, impresso pelo *Internet*.

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016**

**ANEXO XI
MODELO DE REQUERIMENTO PARA TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

ILMO. SR. (A),

Eu, _____, candidato (a) inscrito(a) no
Processo Seletivo supracitado, inscrição nº _____, solicito o tratamento especial selecionado abaixo para
realização da _____, no dia _____.

No quadro a seguir, selecionar o tratamento especial necessário (s):

--	--

() Outras

Local e data

Assinatura do (a) candidato (a)

**CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA REGIÃO DE CASCAVEL - CPSRCAS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 03/2016
ANEXO XII
CRONOGRAMA**

ETAPA	DATA	LOCAL
Inscrições	01/11/2016 a 14/11/2016	www.cpsrcas.com.br
Requerimento de Isenção da taxa de inscrição.	01/11/2016 a 03/11/2016	Sede CPSRCAS / SEDEX
Publicação do resultado dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição.	04/11/2016	www.cpsrcas.com.br
Recurso contra o resultado dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	07/11/2016	Sede CPSRCAS / SEDEX
Resposta dos Recursos contra o resultado dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	09/11/2016	www.cpsrcas.com.br
Prazo para Pagamento da taxa de inscrição	01/11/2016 a 16/11/2016	Caixa Econômica Federal
Prazo para envio de comprovante de pagamento	17/11/2016	Sede CPSRCAS / SEDEX / E-mail
Publicação da Lista de Inscritos	18/11/2016	www.cpsrcas.com.br
Recurso contra a Listagem de Inscritos	21/11/2016	Sede CPSRCAS / SEDEX
Resposta dos Recursos contra a Lista de Inscritos	23/11/2016	www.cpsrcas.com.br
Recebimento de documentos para Prova de Títulos.	01/11/2016 a 25/11/2016	Sede CPSRCAS / SEDEX
Informação do Local de Realização da Prova Objetiva	24/11/2016	www.cpsrcas.com.br
Aplicação das Provas Objetivas	27/11/2016	Pacajús/CE
Divulgação do Gabarito Preliminar	28/11/2016	www.cpsrcas.com.br
Recurso contra o Gabarito Preliminar da prova objetiva	29/11/2016	Sede CPSRCAS / SEDEX
Resposta dos Recursos contra o Gabarito Preliminar	01/12/2016	www.cpsrcas.com.br
Divulgação do Gabarito Definitivo	01/12/2016	www.cpsrcas.com.br
Resultado Preliminar	01/12/2016	www.cpsrcas.com.br
Recursos Contra resultado da Prova de Títulos e Resultado Preliminar	02/12/2016	Sede CPSRCAS / SEDEX
Resultado dos Recursos contra a prova de Títulos e Resultado Preliminar	06/12/2016	www.cpsrcas.com.br
Resultado Final	06/12/2016	www.cpsrcas.com.br